PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO 2014

O Conselho Fiscal da Organização Aldeias Infantis SOS Brasil, em cumprimento às disposições estatutárias, examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nos exames efetuados e considerando o parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, datado de 24 de março de 2015, é de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas estão em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 26 de março de 2015.

Camille Curi

José Ricardo de Moraes Pinto

Antonio Luis Parkinson de Castro

Firmino Mauro Custódio

Bernardo Wolfson

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Balanços patrimoniais 5

Demonstrações de resultados 6

Demonstrações de resultados abrangentes 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstrações dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e aos Diretores da
Aldeias Infantis SOS Brasil
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Associação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

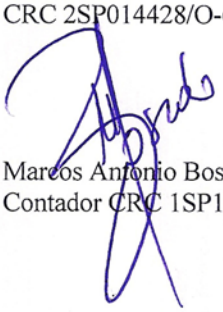
KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aldeias Infantis SOS Brasil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Aldeias Infantis SOS Brasil

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.006.349	2.941.975
Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros	5	3.980.081	3.332.396
Venda de ativos a receber	6	500.000	1.500.000
Outros créditos		728.820	420.574
Ativos mantidos para venda	7	-	316.101
		20.215.250	8.511.046
Não circulante			
Depósitos judiciais	14	1.875.523	450.943
Contas de poupança - aportes de padrinhos	8	2.317.220	2.420.793
Propriedades para investimentos	9	1.429.419	1.429.419
Imobilizado	10	19.195.651	19.184.337
		24.817.813	23.485.492
		45.033.063	31.996.538

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante			
Fornecedores		423.688	110.359
Salários, férias e encargos a pagar	11	2.194.332	1.785.848
Impostos e obrigações a recolher		72.602	38.359
Subsídios governamentais e parceiros	12	3.980.081	3.327.896
Receita diferida	13	477.697	869.723
Outras contas a pagar		266.303	108.033
		7.414.703	6.240.218
Não circulante			
Contas de poupança - aportes de padrinhos	8	2.317.220	2.420.793
Receita diferida	13	6.685.269	6.495.825
Provisão para contingências	14	1.686.795	1.797.595
Outras contas a pagar		136.875	273.748
		10.826.159	10.987.961
Patrimônio líquido			
Superávits acumulados	15	26.792.201	14.768.359
		45.033.063	31.996.538

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas			
Doações internacionais	17	16.345.662	18.623.571
Subsídios governamentais	17	15.775.746	9.720.203
Doações nacionais	17	6.605.869	3.082.929
Aluguéis	9	1.122.119	850.963
		39.849.396	32.277.666
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com pessoal	18	(22.520.905)	(18.550.856)
Despesas gerais e administrativas	19	(19.061.134)	(16.423.595)
Depreciação		(646.699)	(831.854)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	13.516.265	462.613
		(28.712.473)	(35.343.692)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		11.136.923	(3.066.026)
Despesa financeira		(101.304)	(65.951)
Receita financeira	21	988.223	373.458
Resultado financeiro		886.919	307.507
Resultado do exercício		12.023.842	(2.758.519)

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Resultado do período	12.023.842	(2.758.519)
Resultado abrangente do período	12.023.842	(2.758.519)

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Superávits acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2012	17.526.878
Resultado do exercício	(2.758.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	14.768.359
Resultado do exercício	12.023.842
Saldos em 31 de novembro de 2014	26.792.201

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	12.023.842	(2.758.519)
Ajustes por		
Depreciação	646.699	837.931
Valor residual do ativo permanente baixado	245.610	1.870.105
valor residual do ativo mantido para venda baixado	316.101	-
(Redução) em provisões para contingências	(110.800)	(30.363)
	13.121.452	(80.846)
(Aumento) redução em ativos		
Recursos vinculados a projetos	(647.685)	(2.183.017)
Heranças e legados	-	2.211.833
Venda de ativos a receber	1.000.000	-
Outros créditos	(308.246)	(1.521.088)
Depósitos judiciais	(1.424.580)	(9.572)
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	313.329	(31.802)
Salários, encargos e férias a pagar	408.484	149.577
Subsídios governamentais e iniciativa privada	652.185	2.659.070
Impostos e obrigações a recolher	34.243	1.473
Outras contas a pagar	21.397	167.103
Receita diferida	(202.582)	(294.815)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	12.967.997	1.067.916
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(903.623)	(752.069)
Caixa líquido empregado nas atividades de investimento	(903.623)	(752.069)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	12.064.374	315.847
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	2.941.975	2.626.128
No fim do período	15.006.349	2.941.975
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	12.064.374	315.847

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação" ou "Aldeias") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, exclusivamente de finalidade filantrópica e cultural, com sede social na Rua José Antônio Coelho, 400 - Vila Mariana - São Paulo - SP. A Associação tem por finalidade criar, implantar, organizar, administrar e fiscalizar os Projetos SOS destinados a prestar assistência, dar formação a crianças que, por qualquer motivo, foram privadas da ação educativa da família, sem distinção de raça, cultura ou credo religioso. Os recursos financeiros necessários para a manutenção das atividades são originados, basicamente, de doações de padrinhos (doadores voluntários) e/ou sócios nacionais e estrangeiros.

Em 2014, a Administração renovou e realizou diversos convênios Municipais, Estaduais e Federais, gerando receitas no exercício no valor de R$ 15.775.746 (R$ 9.720.203, em 2013), com o objetivo de promover a convivência familiar e comunitária, e a prevenção à violação de direitos de crianças e adolescentes, com ações como acolhimento institucional, música, artes, capacitação profissional, escolarização e oficinas de promoção de cidadania.

Em 31 de dezembro de 2014, a Associação era composta por 22 programas, constituídas, principalmente, por Casas Lares ("Aldeias"), Centros Sociais e Centros Comunitários.

Segue o número de atendimentos realizados nos dois períodos (dados não auditados):

		Atendidos			
Estado	**Cidade**	**Aldeia**	**Centro social**	**Atendidos indiretos**	**Total**
AM	Manaus	41	53	272	366
BA	Lauro Freitas	17	182	368	567
DF	Brasília	29	86	-	115
MG	Juiz de Fora	59	131	262	452
PB	João Pessoa	28	543	180	751
PR	Goioerê	26	172	344	542
PR	Foz do Iguaçu	55	-	-	55
RJ	Jacarepaguá	27	297	346	670
RN	Caicó	30	537	990	1.557
RN	Natal	32	-	-	32
RS	Santa Maria	28	170	332	530
RS	Porto Alegre	36	106	206	348
SP	Poá	41	779	1.420	2.240
SP	São Bernardo do Campo	21	208	416	645
SP	Rio Bonito	15	446	870	1.331
SP	Campinas	52	80	133	265
SP	Rio Claro	48	-	-	48
SP	Lorena	24	-	-	24
SP	Pirassununga	32	-	-	32
SE	Aracaju	15	121	222	358
AL	Maceió	9	57	106	172
PE	Igarassu	47	167	326	540
Total em 2014		712	4.135	6.793	11.640
Total em 2013		735	3.251	1.267	5.462

Conforme demonstrado acima, em 2014 houve um aumento no número de atendidos diretos no centro social em função de novos convênios em Poá com atendimento de três creches e João Pessoa com a parceria efetuada com a Petrobras.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Diretor da Associação em 24 de março de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

(a) Ativo imobilizado recebido em doação mensurado pelo valor justo;

(b) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Valor residual do ativo imobilizado e vida útil;
- **Nota 14** - Provisão para contingências.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos

na Nota Explicativa nº 22 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Associação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros
Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

(iii) Passivos financeiros não derivativos
A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta; e
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O *software* comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) ***Custos subsequentes***

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) ***Depreciação***

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Edificações	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo pela Associação. Alterações no valor justo não são reconhecidas no resultado em razão de a Associação utilizar o custo como base para contabilização. Dessa forma, o valor justo é divulgado somente em nota explicativa conforme permitido pela norma contábil vigente.

e. Redução ao valor recuperável

(i) ***Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, entretanto, a Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pela Associação não há benefícios que nos indique necessidade de se constituir um passivo atuarial, bem como não possui nenhum benefício pós-emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

g. Provisões, passivos circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Receita diferida

As doações recebidas pela Associação que possuem restrição de uso e que somente podem ser empregadas na construção de ativos imobilizados previamente aprovados pelos doadores são registradas no ativo imobilizado em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante, e serão apropriadas ao resultado do período no mesmo prazo das despesas de depreciação dos bens construídos com os recursos das doações.

i. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. A Associação possui quatro principais tipos de receita: receitas com doações internacionais, receitas com subsídios governamentais, receitas com doações nacionais e receitas com aluguéis.

As receitas com doações internacionais e receitas com doações nacionais são reconhecidas no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função de a Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente gastas.

As receitas com aluguéis são reconhecidas de acordo com o período de competência da locação do imóvel.

As doações com subsídios governamentais são reconhecidas de acordo com o requerido na CPC 07 (R1) subvenções governamentais, da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o caixa em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos recursos subsidiados são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes.

- **Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve atividades de trabalho voluntário.

j. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras e o ganho na alienação de ações. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.495.483	2.711.851
Aplicações em fundos de investimentos	4	12.510.866	230.124
		15.006.349	2.941.975

Representa recursos financeiros mantidos para uso das operações da Associação, composto por títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações são remuneradas a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Recursos vinculados a projetos

	2014	2013
Recursos vinculados a projetos governamentais	2.434.667	2.189.607
Recursos vinculados a projetos de parcerias privadas	1.545.414	1.142.789
	3.980.081	3.332.396

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação dos convênios com as prefeituras, que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados.

Os recursos relacionados a parcerias privadas referem-se a recursos recebidos que serão utilizados durante o ano de 2015. Vide Nota Explicativa nº 12.

Todos esses recursos estão investidos em aplicações financeiras que se referem substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Venda de ativos a receber

Em 2013, foram vendidos um terreno no Horto Florestal - SP no valor de R$ 1.500.000 sendo recebido R$ 500.000 no ato e R$ 1.000.000 recebido em fevereiro de 2014, e uma casa no Município de Poá - SP no valor de R$ 750.000 recebido no ato R$ 250.000 e R$ 500.000 a ser recebido quanto da entrega da escritura, que ainda não ocorreu.

O valor do ganho nessa alienação em 2013 foi registrado no grupo de outras receitas operacionais.

	2014	2013
Terreno no Horto Florestal	-	1.000.000
Casa no Município de Poá - SP	500.000	500.000
	500.000	1.500.000

	Valor Custo	Valor residual	Valor Venda	Ganho
Terreno no Horto Florestal	1.250.000	1.250.000	1.500.000	250.000
Casa no Município de Poá - SP	16.755	-	750.000	750.000
	1.266.755	1.250.000	2.250.000	1.000.000

7 Ativos mantidos para venda

Em outubro de 2013 a Prefeitura do Rio de Janeiro desapropriou um imóvel da Associação comprometendo-se a efetuar o pagamento da indenização sobre a desapropriação, assim este imóvel foi transferido para ativo mantido para venda. No dia 18 de junho de 2014 foi recebido, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, o valor de R$ 14.000.000 referente ao pagamento dessa desapropriação e lançado como receita de venda de imobilizado e o seu custo baixado contra despesas de baixas de imobilizado.

Valor Custo	Valor residual	Valor Venda	Ganho
552.112	316.101	14.000.000	13.683.899

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos disponíveis para venda compreendiam:

	2014	2013
Custo do ativo mantido para venda	-	552.112
(-) Depreciação acumulada	-	(236.011)
	-	316.101

8 Contas de poupança - Aportes de padrinhos

	2014	2013
Contas de poupança - Ativo	2.317.220	2.420.793
Contas de poupança - Passivo	2.317.220	2.420.793

Referem-se a valores recebidos de padrinhos internacionais das crianças acolhidas nas famílias das Aldeias. As remessas são nominativas e mantidas em contas de poupança individualizadas, por criança, podendo ser resgatadas apenas quando da sua emancipação, sua reintegração familiar ou por ordem judicial.

Por se tratar de recursos que são administrados pela Associação, porém com a obrigação de repasse às crianças assistidas pelos padrinhos, os montantes relacionados às contas de poupança são registrados por valores equivalentes em contas de ativo e passivo.

9 Propriedades para investimento

	2014	2013
Saldo em 1º Janeiro	1.429.419	1.429.419
Saldo em 31 de dezembro	1.429.419	1.429.419

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 10 anos com o valor anual do aluguel indexando a inflação. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com períodos médios de 5 anos. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

As propriedades para investimento da Associação são contabilizadas ao custo de aquisição. O valor justo é apurado somente para divulgação.

Em 31 de dezembro de 2014 os valores justos das propriedades para investimento compreenderam:

	2014			
Localidade do imóvel	**Custo**	**Depreciação**	**Liquido**	**Valor justo**
Brasília	1.085.559	(382.209)	703.350	5.564.948
Goioerê	249.514	(90.046)	159.468	3.642.567
Manaus	157.468	(31.493)	125.975	372.562
Paraíba	186.918	(69.345)	117.573	805.140
Juiz de Fora	137.327	(23.580)	113.747	592.515
São Bernardo do Campo	184.006	(73.602)	110.404	1.612.800
Jacarepaguá	153.505	(54.603)	98.902	915.711
Bahia	8.795	(8.795)	-	1.798.423
Total	2.163.092	(733.673)	1.429.419	15.304.666

O valor de lucros de renda de propriedades para investimentos reconhecidas no resultado é de R$ 1.122.119 (R$ 850.963 em 2013).

10 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação no exercício de 2014

Descrição	Custo inicial	Adições	Baixas	Transferência para Ativo encerramento obras	Custo final
Custo					
Terrenos	396.354	-	-	-	396.354
Edifícios	19.617.092	36.832	(405.045)	700.101	19.948.980
Móveis e utensílios	877.776	57.807	(31.530)	19.282	923.335
Veículos	1.102.904	155.281	(136.189)	-	1.121.996
Equipamentos e computadores	3.045.514	288.136	(59.004)	4.801	3.279.447
Construções em andamento	1.824.733	365.567		(724.184)	1.466.116
Total	**26.864.373**	**903.623**	**(631.768)**	**-**	**27.136.228**

Descrição	Depreciação inicial	Adições	Baixas	Depreciação Final
Depreciação				
Edifícios	(4.507.016)	(222.796)	3.251	(4.726.561)
Móveis e utensílios	(441.194)	(83.812)	38.357	(486.649)
Veículos	(682.688)	(180.062)	145.136	(717.614)
Equipamentos e computadores	(2.049.138)	(160.029)	199.414	(2.009.753)
Total	**(7.680.036)**	**(646.699)**	**386.158**	**(7.940.577)**
Saldo líquido	**19.184.337**	**256.924**	**(245.610)**	**19.195.651**

Movimentação no exercício de 2013

Descrição	Custo inicial	Adições	Baixas	Transferência para Ativo mantido do para venda	Transferência Ativo mantido para venda	Custo
Custo						
Terrenos	1.646.354	-	(1.250.000)	-	-	396.354
Edifícios	17.642.470	-	(550.305)	(552.112)	3.077.039	19.617.092
Móveis e utensílios	837.483	129.335	(89.042)	-	-	877.776
Veículos	947.343	242.402	(86.841)	-	-	1.102.904
Equipamentos e computadores	3.025.425	260.256	(240.167)	-	-	3.045.514
Construções em andamento	1.704.657	120.076	-	-	-	1.824.733
Total	**25.803.732**	**752.069**	**(2.216.355)**	**(552.112)**	**3.077.039**	**26.864.413**

Descrição	Depreciação inicial	Adições	Baixas	Transferência para Ativo mantido para venda	Transferência do Ativo mantido para venda	Depreciação
Depreciação						
Edifícios	(3.095.601)	(201.117)	40.468	236.011	(1.830.255)	(4.850.494)
Móveis e utensílios	(439.359)	(68.720)	66.885	-	-	(441.194)
Veículos	(635.905)	(133.624)	86.841	-	-	(682.688)
Equipamentos e computadores	(1.423.246)	(434.470)	152.056	-	-	(1.705.660)
Total	**(5.594.111)**	**(837.931)**	**346.250**	**236.011**	**(1.830.255)**	**(7.680.036)**
Saldo líquido	**20.209.621**	**(85.862)**	**(1.870.105)**	**(316.101)**	**1.246.784**	**19.184.337**

O saldo de construções em andamento refere-se basicamente a recursos que estão sendo destinados à reforma de nove imóveis de casas/lares localizadas em Porto Alegre. O valor total deste projeto é de, aproximadamente, R$ 1.200.000, e todo o recurso utilizado neste projeto está sendo doado pela SOS Noruega.

11 Salários, férias e encargos a pagar

	2014	2013
Salários e ordenados a pagar	181.352	8.945
Provisão para férias e encargos sobre férias	2.012.980	1.776.903
	2.194.332	1.785.848

12 Subsídios governamentais e parcerias privadas

Durante o ano de 2014, a Associação renovou e firmou novas parcerias privadas e convênios nas esferas municipais, estaduais e federais. O reconhecimento desses subsídios será efetuado de acordo com a CPC 07, subvenção governamental, de acordo com o regime de competência. Para 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo é assim apresentado:

Subsídios Governamentais	2014	2013
Esfera Municipal		
Prefeitura Municipal de São Paulo	434.160	375.622
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	323.744	119.445
Prefeitura Municipal de Santa Maria	214.450	71.135
Prefeitura Municipal de Campinas	153.795	296.287
Prefeitura Municipal de Igarassu	140.176	4.881
Prefeitura Municipal de Rio Claro	130.734	212.777
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	123.534	93.892
Prefeitura Municipal de Poá	96.667	51.331
Prefeitura Municipal de Charqueada	91.272	52.713
Prefeitura Municipal de Natal	77.079	128.578
Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes	54.259	66.731
Prefeitura Municipal de Caicó	53.094	165.653
Prefeitura Municipal de Lorena	50.123	42.438
Prefeitura Municipal de Maceió	36.871	-
Prefeitura Municipal de Paraíba	28.609	-
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	14.679	34.053
Prefeitura Municipal de Mossoró	12.539	-
Prefeitura Municipal de Pirassununga	11.054	45.288
Prefeitura Municipal de Ipeúna	9.980	9.931
Prefeitura Municipal de Aracaju	4.952	-
Prefeitura Municipal de Acari	2.775	-
Prefeitura Municipal de Cerro Corá	7	-
Prefeitura Municipal de Goioerê	4	-
Prefeitura Municipal de Ubatuba	-	111.380
Prefeitura Municipal de Carpina	-	29.814
subtotal	2.064.557	1.911.947
Outros convênios com o Governo		
Esfera Estadual	222.204	264.180
Esfera Federal	147.906	8.980
subtotal	370.110	273.160
Total de Subsídios Governamentais	**2.434.667**	**2.185.107**
Parcerias Privadas		
HSBC	1.207.836	-
Petrobrás	115.657	405.733
Fundação Telefônica	133	371.588
Merck Brasil	-	255.000
White Martins	10.202	110.467
Proac	123.081	-
Fundação Prada	42.310	-
Instituto Coca-Cola	18.932	-
Outros	27.263	-
Total parcerias	1.545.414	1.142.789
Total subsídios governamentais e parcerias	**3.980.081**	**3.327.896**

13 Receita diferida

	2014	2013
Receita diferida curto prazo (Obras)	348.184	740.210
Receita diferida curto prazo (Depreciação)	129.513	129.513
Receita diferida longo prazo (a)	6.685.269	6.495.825
	7.162.966	7.365.548
Passivo circulante	477.697	869.723
Passivo não circulante	6.685.269	6.495.825

(a) Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3(h), os recursos vinculados que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação do ativo imobilizado.

As principais obras realizadas com recursos vinculados provenientes de entidades relacionadas no exterior foram:

	2013	Depreciação	Baixa	Adição	2014
Igarassu	3.809.482	(86.829)	-	-	3.722.653
Brasília	897.427	(21.888)	-	-	875.539
Manaus	570.251	(14.113)	-	-	556.138
João Pessoa	156.355	(6.683)	-	-	149.672
Porto Alegre	1.012.810	-	-	88.937	1.101.747
Igarassu Reforma	-	-	-	603.012	603.012
Igarassu Manutenção	-	-	-	15.4205	154.205
São Bernardo	49.500	-	(49.500)	-	-
	6.495.825	(129.513)	(49.500)	846.154	7.162.966

14 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Associação é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações na provisão para contingências nos exercícios de 2014 e 2013 são apresentadas a seguir.

Movimentação das contingências:

	2013	2014			
	Saldo inicial	Adição	Atualização de processos já existentes	Reversões e pagamentos	Saldo Final
Trabalhistas	221.918	90.792	19.819	(122.875)	209.654
INSS	1.452.466	-	-	(124.702)	1.327.764
IPTU	29.040	-	-	(29.040)	-
Taxa de Lixo	94.171	-	55.206	-	149.377
	1.797.595	**90.792**	**75.025**	**(276.617)**	**1.686.795**

Movimentação dos depósitos judiciais:

	2013	2014		
	Saldo inicial	Adição	Baixa	Saldo Final
Depósitos judiciais	450.944	1.437.179	(12.600)	1.875.523
	452.957	**1.439.193**	**(12.600)**	**1.875.523**

Processos de natureza trabalhistas

As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Associação quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Associação adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

- **INSS quota patronal** - As contingências tributárias referem-se, à discussão relativa à cobrança de INSS sobre a Aldeias de São Bernardo do Campo/SP para os meses de novembro e dezembro de 1991 e exercícios de 1992 a 1999, período que a Aldeias de São Bernardo não recolheu a quota patronal apesar de não possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e ainda não ter aderido ao processo unificação de todas as Aldeias no Brasil num único escritório nacional e CNPJ. O valor da quota patronal não recolhida está sendo provisionado com acréscimo de multa e juros e foi classificado pela Administração baseado na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda provável. Em 31 de julho de 2014 foi realizado um depósito judicial no valor de R$ 1.318.963 referente ao processo do INSS, este depósito judicial foi efetuado em razão de orientação jurídica para que o imóvel que estava sendo oferecido como garantia pudesse ser liberado deste processo.

- **Ativo contingente** - A Associação vem discutindo na justiça junto a Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro ação ordinária de inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU nos exercícios de 1994 a 1999, reivindicando a devolução das quantias recolhidas. A ação foi transitada em julgado sendo reconhecida a inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU condenando o Município do Rio de Janeiro a restituir os montantes pagos pela Associação. Apesar de transitado em julgado nenhum ativo foi reconhecido, nesse momento. O valor em discussão ainda está sendo apurado, foi contratada empresa especializada para emissão de laudo para atestar o valor do reembolso, o qual não pode ser estimado nesse momento.

A Associação ainda possui processos de natureza trabalhista, tributária e cível que foram avaliadas pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, sendo que o montante total envolvido de trabalhista em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 830.536 (R$ 1.139.892 em 2013) de tributária e cível é de R$ 439.292 em 31 de dezembro de 2014 (R$ 355.965 em 2013).

15 Patrimônio liquido

O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits acumulados.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido remanescente é destinado para outra entidade congênere integrante do sistema SOS ou, na ausência desta, para outra entidade afim, respeitando-se a unidade federativa onde estiver localizado o patrimônio, devidamente registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, ou uma entidade pública.

16 Partes relacionadas

A Associação possui em seu Estatuto Social a obrigação de utilizar como modelo a metodologia e os princípios da SOS - Kinderdorf International.

Durante o exercício de 2014 a Associação teve receita de doações internacionais de outras Aldeias SOS reconhecidas no resultado nos montantes de R$ 12.664.120 (R$ 14.688.312 em 2013). Os valores recebidos nos exercícios de 2014 e 2013 são apresentados a seguir:

	2014	2013
Receitas com doações de partes relacionadas:		
Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD	10.542.354	11.728.743
SOS - Noruega	467.781	71.638
SOS - Kinderdorpen	224.391	1.180.466
SOS - UK	205.839	361.262
SOS - Suécia	188.842	53.574
SOS - Suíça	127.485	302.378
SOS - Estados Unidos da América	114.325	8.708
SOS - Dinamarca	28.416	114.039
SOS - Bélgica	4.271	61.840
Outras	760.416	805.664
	12.664.120	14.688.312

Em relação aos saldos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2014, a Associação possui R$ 7.162.996 (R$ 7.365.548 em 2013) de doações recebidas registradas na rubrica de receita diferida (conforme demonstrado na nota explicativa 13).

Remuneração da administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

17 Receita

	2014	2013
Doações internacionais:		
Hermann Gmeiner Funds Deutschland - HGFD	10.542.354	11.728.743
Padrinhos Viena	3.681.542	3.935.259
SOS - Noruega	467.781	71.638
SOS - Kinderdorpen	224.391	1.180.466
SOS - UK	205.839	361.262
SOS - Suécia	188.842	53.574
SOS - Suíça	127.485	302.378
SOS - Estados Unidos da América	114.325	8.708
SOS - Dinamarca	28.416	114.039
SOS - Bélgica	4.271	61.840
Outras	760.416	805.664
Total de doações internacionais	16.345.662	18.623.571
Subsídios governamentais:		
Municipais		
Prefeitura Municipal de Poá	2.208.189	443.217
Prefeitura Municipal de São Paulo	1.932.749	1.917.848
Prefeitura Municipal de Campinas	1.409.237	924.377
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	1.061.271	983.260
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	971.881	686.209
Prefeitura Municipal de Natal	946.617	698.747
Prefeitura Municipal de Rio Claro	839.706	629.665
Prefeitura Municipal de Pirassununga	750.928	-
Prefeitura Municipal de Lorena	696.134	-
Prefeitura Municipal de Santa Maria	690.237	323.917
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	620.218	443.932
Prefeitura Municipal de São Bernardo dos Campos	465.448	493.501
Prefeitura Municipal de Igarassu	463.983	112.341
Prefeitura Municipal de Mossoró	291.448	39.465
Prefeitura Municipal de Charqueada	212.723	93.535
Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes	172.594	86.968
Prefeitura Municipal de Caicó	133.350	213.635
Prefeitura Municipal de Goioere	129.576	-
Prefeitura Municipal de João Pessoa	123.480	28.636
Prefeitura Municipal de Macció	102.337	-
Prefeitura Municipal de Carpina	59.688	48.962
Prefeitura Municipal de Ipeúna	66	100.930
Prefeitura Municipal de Ubatuba	-	269.945
Outras	25.217	3.165
Total Municipal	14.307.077	8.542.255
Estaduais	1.053.101	658.780
Federais	415.568	519.168
Total de subsídios governamentais	15.775.746	9.720.203
Doações nacionais:		
Empresas	2.363.204	1.016.090
Amigos	1.582.033	1.154.657
Doações filantrópicas	1.403.015	316.193
Heranças e legados	1.034.083	286.690
Mercadorias	181.597	94.984
Eventos e produtos	41.937	214.315
Total de doações nacionais	6.605.869	3.082.929

18 Despesas com pessoal

	2014	2013
Salários e encargos sociais	(19.237.332)	(15.338.861)
Benefícios	(2.571.012)	(1.740.001)
Indenizações	(712.561)	(1.471.994)
	(22.520.905)	(18.550.856)

19 Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Despesas com alimentação	(2.470.322)	(2.328.274)
Serviços de terceiros	(3.033.627)	(1.803.874)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(1.740.414)	(1.788.590)
Membresía SOS (a)	(1.509.791)	(1.992.783)
Manutenção, conservação e reparo	(1.674.392)	(1.376.643)
Despesas com materiais escolares, medicamentos e vestuário	(1.411.585)	(1.345.865)
Veículos e conduções	(1.659.254)	(1.300.117)
Publicidade e comunicação	(2.012.476)	(1.261.259)
Aluguéis	(1.293.414)	(1.005.627)
Materiais de escritório, higiene e limpeza	(748.425)	(590.362)
Constituição e reversão de provisão para contingências	(110.800)	(584.598)
Despesas com casa lar	(341.217)	(333.800)
Consultoria	(119.500)	(169.036)
Gastos com as crianças (atividades culturais, entretenimento, passeios)	(104.160)	(98.969)
Outras	(831.758)	(443.798)
	(19.061.134)	(16.423.595)

(a) Membresia refere-se ao custo para a utilização da marca "Aldeias Infantis SOS". Até o ano de 2011 este montante era calculado ao percentual de 4% sobre o valor total arrecadado nacionalmente. Já em 2012, a Organização (a nível mundial) realizou um estudo para viabilizar a redução dos gastos que as Associações Nacionais vinham assumindo com a cota de Membresia, onde então ficou decidido que o Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD assumiria este custo. A partir de 2013, mudou-se a metodologia de cálculo sobre o valor da Membresia de cada Associação Nacional, onde o montante a ser tomado em conta é o total captado pelas Associações Promotoras em função de cada país. O valor apresentado em 2014 e 2013 é um referencial contábil, pois não houve desembolso de caixa para a Associação Nacional. O montante foi assumido pelas Associações Promotoras, a contrapartida deste valor está no grupo de receitas internacionais.

20 Outras receitas operacionais, líquidas

	2014	2013
Receita na venda de ativo imobilizado	14.077.976	2.332.718
Baixa custo e depreciação do ativo imobilizado	(561.711)	(1.870.105)
	13.516.265	462.613

Do montante de R$ 14.077.976 em 2014, R$ 14.000.000 refere-se ao valor da desapropriação de um imóvel pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7. O restante do saldo de receitas refere-se a outras vendas do ativo imobilizado.

21 Receita financeira

	2014	2013
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	998.223	373.458

A variação dos rendimentos financeiros refere-se basicamente ao aumento das aplicações demonstrada na Nota 5.

22 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.

A Administração não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era de:

	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.495.483	2.711.851
Aplicações em fundos de investimentos	4	12.510.866	230.124
Recursos vinculados a projetos governamentais	5	2.434.667	2.189.607
Recursos vinculados a projetos de parcerias	5	1.545.414	1.142.789
		18.986.430	6.274.371

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2014 saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos de R$ 18.986.430 (R$ 6.274.371 em 2013) frente ao passivo circulante na mesma data base de R$ 7.414.703 (R$ 6.240.218 em 2013) o que representa uma liquidez livre de R$ 11.571.727 (liquidez livre de R$ 2.270.828 em 2013).

As maturidades contratuais de passivos financeiros são de até 6 meses para os fornecedores que possuem saldos de R$ 423.688 em 31 de dezembro de 2014 (R$ 110.359 em 2013), não havendo nenhum passivo financeiro com vencimento superior a 6 meses.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de prestação do serviço de assistência social. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de deposito interbancário e fundos renda fixa.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - nível 2:

	2014	2013
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:		
Aplicação financeira	12.510.866	230.124

23 Imunidade Tributária

Tendo em vista que a Associação não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Associação possui os seguintes registros de suas atividades: reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de abril de 1995 e com renovação da certidão válida até 30 de setembro de 2014, Certificado de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 48.451 de 20 de janeiro de 2014, renovado em 22 de novembro de 2013; Certificado de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 2.075 de 28 de dezembro de 1993 e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (conforme o Decreto 6308/2007 que teve seus parâmetros nacionais definidos através da resolução nº 16/CNAS de 05 de maio de 2010 publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2010, as entidades passaram a prestar contas ao Conselho Municipal de sua sede - no caso Conselho Municipal de Assistência Social - SP com validade até 14 de abril de 2014); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP - com validade até 13 de agosto de 2015, Certidão Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC nº 1763/2011) emitido em 22 de dezembro de 2011 e Declaração ITCMD com validade até 28 de abril de 2014.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade até 13 de agosto de 2015.

Além disso, a Associação cumpre os seguintes requisitos previstos no art. 29 da Lei 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

I Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

II Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IV Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

V Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

VI Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;

VII Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

VIII Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

A Associação possui a totalidade de suas ações sociais efetuadas de forma gratuita sendo o tipo de assistência que presta associado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo incorrido em despesas operacionais na consecução de seus objetivos sociais no montante de R$ 28.712.473 em 2014 (R$ 35.343.692 em 2013), tendo usufruído de isenções previdenciárias (quota patronal) no montante de R$ 3.774.504 em 2014 (R$ 3.109.410 em 2013).

A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

24 Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.409/12, a Associação apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2014 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo).

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

Com base nos percentuais acima mencionados a renúncia fiscal no exercício de 2014 foi de R$ 1.994.110 de ISS; R$ 259.234 de PIS; R$ 1.196.466 de COFINS e zero de IRPJ e CSSL (R$ 1.613.883 de ISS; R$ 209.805 de PIS; R$ 968.330 de COFINS e zero de IRPJ e CSSL em 2013).

* * *

Paulo Gaio de Castro Júnior
Diretor-presidente

Henry Alain François Ubersfeld
Diretor Tesoureiro

Sandra Greco da Fonseca
Gestora Nacional

Rosenilda Oliveira de Araújo
CRC 1SP221518/0-3